

VARIAÇÕES SOBRE O “CARÁTER NACIONAL” BRASILEIRO*

Thales de Azevedo

(Universidade Federal da Bahia)

A elaboração de “retratos do Brasil” foi uma das preocupações dos nossos pensadores políticos e dos intérpretes da vida em sociedade nos primeiros decênios do século corrente. Para isto contribuíram movimentos nacionalistas e necessidades de definição de objetivos nacionais a alcançar, sobretudo a partir da primeira guerra. Por outro lado, a análise e crítica desses perfis ocupou durante algum tempo os cientistas sociais, mesmo antes que se definissem mais precisamente conceitos como os de unidade cultural e de caráter nacional. É recente a busca da explicitação dos padrões culturais de povos modernos pela exploração teórica e empírica do conjunto de valores, de instituições, de processos que traduzem um hipotético modo de ser peculiar de sociedades constituídas política e economicamente em nações com identidade e autonomia inconfundíveis.

No caso do Brasil, isto se torna particularmente problemático em vista, primeiro, da extensão territorial do país e, pois, do aspecto dispersivo da distribuição e nucleação de uma numerosa população sobre o ecúmeno; segundo, porque as diversas partes do país têm diferentes histórias étnicas, além de diferentes condições ecológicas. Em princípio, o conjunto de padrões culturais, tomando a cultura como a totalidade dos modos de ser — em seus componentes ideacionais, societários, tecnológicos — pode corresponder ao que se convencionou, há alguns anos, designar de *caráter nacional*. A idéia de caráter nacional foi relacionada à de particulares expressões de maneira de reagir a estímulos que se verificam nos grupos sociais e que seriam determinados ou relacionados com correspondentes tipos de personalidades coletivas, enquanto estes tipos estariam na dependência da predominância ou freqüência de valores ideais e de correspondência entre esses valores e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos em face de situações tanto normais quanto de crise. Descontado tudo quanto de arbitrário existe nessas conceituações e quanto, por sua vez, corresponde em particulares casos a dados encontrados pelos pesquisadores

(*) — Conferência pronunciada na abertura da XII Reunião Brasileira de Antropologia, promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro, no período de 14 a 17 de julho de 1980.

segundo as abordagens que fizeram da psicologia de tal ou qual população, resta o fato de que o conceito de caráter nacional — se bem que possa ter realidade empírica em termos amplos e em perspectiva sincrônica nunca dissociada da ação e da constante mudança própria dos hábitos, dos sentimentos, dos interesses humanos — é difícilimo de ser concretamente aplicado. A determinado momento, faz alguns decênios, as pesquisas de Ruth Benedict entre os índios das planícies norte-americanas, reunidos, por exemplo no livro *Patterns of Culture* (1934) e em vários artigos, constituíram, por assim dizer, um dos pontos de partida para a indagação a nível de nações modernas e populosas da psicologia da totalidade de seus povos. A busca desses padrões logo se mostrou problemática em face de considerações teóricas e de fatos concretos. A questão inicial e fundamental era decidir qual a abordagem ou ataque teórico a adotar, se o da psicologia social, inclusive na opção psicanalítica, se o culturalista dos sistemas de valores, crenças, normais morais, se o dialético-materialista das infra-estruturas materiais e das superestruturas institucionais e simbólicas ou estruturalista do jogo de funções que constróem os modelos culturais.

Essa diversidade atordoante de maneiras de atacar cada objetiva realidade, seja em sua realidade organizacional e dinâmica, seja na fluida gama de seu patrimônio simbólico, torna-se tarefa extremamente dificultosa e complexa. Experimentaram tais dificuldades todos os que se propuseram a identificar por uma outra daquelas perspectivas a totalidade integral do caráter, da psicologia, ou do *ethos* de tal ou qual povo, classe, grupo étnico ou comunidade. Margaret Mead e Rhoda Métraux no clássico *The Study of Culture at distance* (1953) e Geoffrey Gorer em estudo incluído nesse volume expõem longamente os obstáculos teóricos e empíricos que é necessário superar para ao menos esboçar razoavelmente o perfil cultural de qualquer unidade humana. Nem sempre, verificam, é possível fazê-lo do ponto de vista, do ângulo de uma daquelas posturas teóricas: é conveniente combinar dados obtidos de mais de um ponto de partida teórica e metodológica, reunindo elementos fornecidos por várias técnicas, para chegar ao resultado desejado. No estudo de sociedades complexas e numerosas, seja à distância seja em contato com elas, como no de pequenas comunidades, uma verificação a registrar é ser ilusória a homogeneidade dos sentimentos, das crenças, dos critérios, dos valores a que aderem as populações; mesmo onde a limitação numérica do grupo, seu isolamento e a incidência diminuta de fatores de mudança fazem esperar certa uniformidade de reações, de atitudes, de exteriorizações, se verificam diversidades acentuadas. Outra verificação é a de que aos princípios e normas aprovados, à mentalidade ideal e à personalidade que se diz preferida e dominante nem sempre correspondem condutas coerentes.

A metodologia do enfoque é decisiva para os resultados que se procuram. O psiquiatra Rogelio Diaz Guerrero, no prólogo a seus *Estudios de*

psicología del mexicano (1961) enfatiza muito oportunamente que “a apreciação justa ou injusta, cabal ou incompleta, que se faça do mexicano, dependerá primordialmente da natureza do enfoque conceitual que o investigador utilize”. E passa a mostrar como diferirão as abordagens psicanalítica freudiana, fenomenológica, biológica. E chama atenção igualmente para a variação de imagens quando se tem em conta as regiões, a multiplicidade dos grupos nacionais, os indivíduos e até estes em diferentes momentos, donde parecer a muitos impossível obter imagens válidas do “mexicano médio”. Essas considerações aplicam-se possivelmente com maior propriedade ao brasileiro, dada a extrema multiplicidade de seus tipos regionais e categóricos. Para abranger essa variedade de imagens e reduzi-las a uma possível imagem média seria preciso o trabalho de uma macrosociologia ou macro-antropologia que, do exame de indicativos colhidos junto a cada grupo típico, tentasse uma média representativa do todo. Isto suporia mobilizar numa operação amplíssima tantas disciplinas e métodos quantos se ocupam do homem em sociedade. Os contribuintes ao *Yale Political Data Program*, cujos trabalhos constam do livro *The Study of Total Societies* (1967), editado por Samuel Z. Klausner, procedendo de múltiplas áreas de investigação dos problemas humanos, trataram do tema do aludido “estudo total” de uma sociedade mediante a utilização dos conceitos e dos instrumentos analíticos seguintes: Boulding percorre a matemática, a economia e a sociologia; Coleman relaciona matemática e sociologia; Etzioni, sociologia organizacional e relações internacionais; Kardiner, psiquiatria e psicologia; Klausner, sociologia e psicologia; Levy, teoria social; Pool, sociologia e ciência política; Rapoport, biologia, matemática, filosofia, psicologia e sociologia; e Tiryakian, sociologia e filosofia. Mas, repare-se que a participação desses cientistas no programa foi procurada em vista da capacidade que se atribui a cada um deles de combinar disciplinas no esforço do compor imagens de uma sociedade total. O mesmo se verificou nos projetos do *Columbia University Research in Contemporary Cultures* de que dão conta Mead e Metraux. Nada mostraria melhor quão precária é a tarefa de construir um modelo de análise para chegar a resultado, que não seja arbitrário ou subjetivo. E que ultrapasse o nível do impressionismo.

É interessante verificar que, a não ser em relação a tribos e pequenas comunidades, as tentativas de identificar o caráter nacional se tem praticado em larga medida de modo indireto pela análise de mitos, da interpretação semântica da linguagem, pela avaliação do sentido das normas éticas, das funções da religião e de sua relação com a vida presente ou com o mundo sobrenatural do extra-terreno e do temporal. São produtos de abordagens dessa natureza, por ex., os relativos à Rússia, ao Japão, à França, expostos no manual *The Study of Culture at Distance*. Ou mais extensamente apresentados em ensaios como *The Chrysanthemum and the Sword*, (1946), de Ruth Benedict.

Uma missão de duas pessoas, Jean Stoetzel e um assessor, um sociólogo, o outro perito em civilização japonesa, realizou uma tarefa extraordinária de análise de vultosa documentação e de questionários, pensando na arrogância e insolência do Japão militarista e imperialista, para produzir em *Without the Chrysanthemum and the sword* (1955) um estudo das atitudes da juventude daquele país no após-guerra. Destaca-se, nesse sentido, Alexis de Tocqueville em relação aos norte-americanos.

Na verdade, para alcançar um aprofundamento analítico de características culturais e éticas de uma sociedade, mesmo apenas, em referência a uma instituição ou um código de conduta, como as relações raciais, a idéia de liberdade e autoridade, a orientação das crenças, o senso de comunidade, o meio a que se tem concorrido é reunir especialistas e interessados naqueles temas e fazê-los expor seus achados, seus juízos, seus dados e materiais. Explica-se assim que um tema limitado como o das relações raciais e das avaliações das qualidades, aptidões, personalidades e psicologia coletiva de grupos étnicos exija a multiplicidade de investigações e de particulares análises como as que examinou e sintetizou Gunnar Myrdal em *An American Dilemma* (1944).

Que é que se pode utilizar para fixar, ainda que sucintamente, “os padrões culturais brasileiros”? Se buscarmos análises abrangentes como as que antes mencionamos dificilmente as encontraremos. O que primeiro ocorre são os *retratos* e as *interpretações* do Brasil. O mais antigo, famoso e de maior influência entre aqueles é o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, (1928), uma tentativa de síntese de características psicológicas do brasileiro a partir do exame de tendências e episódios da vida coletiva desde o período colonial. Nesse quadro, o brasileiro — tanto o indivíduo quanto a coletividade — é marcado pela sensualidade, a luxúria, a cobiça que as condições demográficas e sociais do povoamento supostamente produziram, disso resultando a apatia, a melancolia, sobretudo a tristeza. É evidente que este autor não caracteriza qualquer padrão cultural propriamente ou instituição que inspire as condutas; sua avaliação, muito subjetiva é de natureza antes psicológica, por isto mesmo contraditória e discutível, embora marcasse muito as auto-avaliações do brasileiro durante bastante tempo. O pessimismo de Paulo Prado afeta e nega o otimismo ufanista de Afonso Celso que, em 1900, havia escrito *Porque me ufano do meu país*, obra de enorme repercussão, muitas vezes reeditada, adotada nas escolas e frequentemente invocada como motivo de confiança na pátria. Afonso Celso parte da enumeração e apreciação dos recursos e belezas naturais do país e chega a um perfil dos predicados superiores do brasileiro, motivo, por sua vez, de orgulho e jactância para os nacionais. Isto se fundamenta nas qualidades positivas e nos feitos das três raças que contribuíram para a formação do povo, — generosas, afetivas, alegres, corajosas, estóicas, se bem que também portadoras de defeitos e vícios.

Repercute fortemente, a partir de 1936, do juízo que Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, faz, em perspectiva sociológica e psicológica, da personalidade do brasileiro, que sintetiza no “homem cordial”. Essa é a imagem esposada por Gilberto Freyre desde o começo de sua obra em 1930 e poucos, sublinhada em perfis dos baianos *Na Bahia em (1943)*, na *Interpretação do Brasil (1947)* e em numerosos outros trabalhos. Os dois prestigiosos pensadores fazem crer ao brasileiro que sua qualidade primordial, de que outras derivam e até se desviam, é o ânimo conciliatório; dessa virtude derivam a recusa das posições radicais e duramente intransigentes, a busca de soluções de compromisso, o horror dos extremos e da violência. Se bem que essas qualidades sejam, em revisões feitas pelos mesmos autores, mais ideológicas do que inteiramente reais, é em apelo a elas, na esfera política, que o historiador José Honório Rodrigues vem atribuir o conservantismo, a pacificação pelos acordos e pela transigência, a obstância da revolução pela contra-revolução com o efeito de que nem mudanças de regime, nem “revoluções” alteram a ordem social, do regime econômico, o sistema de poder no país.

Permita-se-me um parêntese para recordar que, em trabalho publicado em 1953 sobre “Imagem e Estereótipos Raciais e Nacionais” (cf. meu livro *Cultura e Situação Racial no Brasil*, de 1966 relato sondagem, complementada com dados de diversos pesquisadores, segundo a qual os brasileiros não se consideram arrogantes nem agressivos; os atributos organizados, grosseiros, gananciosos, retrógrados, vingativos, covardes, materialistas, sujos, intolerantes, pretenciosos, insinceros e frios foram escolhidos por número insignificante de informantes. A não ser quanto a admitirem que são preguiçosos e sensuais e que não são organizados, os brasileiros projetam, nas respostas, a imagem do seu *ego*, a sua admiração por si mesmos, numa manifestação de narcisismo e de etnocentrismo que não lhes é privativa. Não apenas afirmam ter tais ou quais virtudes ou qualidades positivas, porém negam que tenham defeitos graves como os que outros povos, em inquéritos como o da UNESCO em 1948, relatado por Buchanan e por Sullivan, um no *Internacional Social Science Bulletin (1951)*, outro no livro *Tensions that cause wars (1950)*, confessam reconhecer em si mesmos. Os nossos respondentes repetiram, assim, os estereótipos clássicos dos brasileiros que alguns escritores divulgam e procuraram justificar em suas obras: polidos, acolhedores e amáveis, admitia o Conde de Gobineau; cordiais e polidos, segundo Sergio Buarque de Holanda; sensuais, cobiçosos, tristes e românticos na opinião de Paulo Prado; altruístas, sentimentais, generosos, pacíficos, hospitaleiros, desconfiados, tolerantes, trabalhadores, sem espírito de cooperação, displicentes, mas enérgicos, impulsivos, sem continuidade, sensíveis, inteligentes, imaginosos, intuitivos, no parecer de Fernando de Azevedo.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais programou em 1956 uma avaliação do Brasil, isto é, do “crescer da consciência nacional” na

mente dos brasileiros, encarregando da tarefa Djacir Menezes. Partindo dessa interpretação, optou Djacir Menezes por buscar essa consciência nas “obras publicadas pelos autores que, no passado, mais se dedicaram ao estudo das realidades ambientes e mais sensibilidade social tiveram no apanhar as tendências de nossa formação”. A hipótese em que se firmou é a de que a consciência nacional “emerge à volta dos problemas que o desenvolvimento provoca e que se reflete subjetivamente nos espíritos mais alertas”. Estes foram considerados como os das classes dominantes, “cujos horizontes a cultura alargou”; esse elemento dirigente seria recrutado no “patriado agrícola” que, segundo Oliveira Viana, organizaria a produção rural e na República, por sua crescente participação na semi-industrialização (sic), “concentra o pensamento previdente e providente”. E justifica essa escolha no raciocínio de que “a propriedade da terra, como fator essencial da riqueza, habilita a representar o povo. Eles são uma parcela, mas parcela onde se condensa a consciência do “totus”: essas camadas adquirem a convicção de que são elas a ‘nação’. Assumem a liderança, cada vez mais confiantes e ativas”, delas saindo “grandes figuras” capazes daquela interpretação.

Por essa razão arrolou, entre autores reputados sociólogos e políticos, alguns apenas como literatos e poetas. E ainda formulou a distinção entre autores *propositadamente sociológicos* e autores *casualmente* sociólogos, não desdenhando dos *casuais* devido às suas intuições mais genuinamente sociais, “apurando o dado melhormente captado da experiência viva (da *vivência*, como se crismou coisa velha)”. Assim o lógico, o objetivo, o concreto e empírico são apreendidos, nos escritores para os quais apelou, de envolta com as intuições, os sentimentos, a compreensão da realidade e dos traços que configuram e caracterizam “o Brasil” para os próprios brasileiros. De natureza semelhante é a coletânea *Orientação do Pensamento Brasileiro* que Nelson Werneck Sodré publicara em 1942, reunindo tópicos de vários pensadores nossos. E aqui se levanta um problema que parece confirmar que a alma, a consciência, a autoconcepção própria não pode ser objeto apenas de uma investigação indutiva e racional, de uma busca metódica, de uma representação sistematizada em aspectos visualizados sensualmente, mas que essa realidade só se alcança, ou para se alcançar carece completar-se subjetiva e sensivelmente pela intuição dos espíritos afinados de diversos ângulos, com o concreto, o cotidiano, o habitual, o popular, o intelectual. É sabido e até aceite por cientistas sociais que se devem excelentes perfis de vários povos, como italianos, franceses, espanhóis, ingleses, a escritores, pensadores, filósofos, não propriamente cientistas, como Luigi Barzini, Sanche de Gramont, Salvador de Madariaga, o último de uma sensibilidade rara. Do mesmo modo, tiveram os portugueses no historiador Oliveira Martins e no antropólogo A. Jorge Dias os intérpretes de sua mentalidade, de seus sentimentos, de sua personalidade cultural. Um dos que bebem em fontes dessa natureza é exatamente, no Brasil, um cientista social objetivo e crítico, antropólogo

experiente na observação de campo, teórico da escola dialético-historicista, Darcy Ribeiro que já em nossos dias verifica quão problemático é retratar “o Brasil” e “os brasileiros” apenas com os instrumentos de análise e de explicação das Ciências Sociais. Contudo de uma *Antropologia Dialética*, que no seu espírito se estrutura da experiência da pesquisa etnológica, da reflexão sobre a realidade procurada e da ação política, antropologia essa, por tudo isto, explicativa e participante, verifica que os ingredientes com o que lhe parece possível surpreender as configurações histórico-culturais por meio das quais os brasileiros se exprimem e se projetam devem ser apreendidos tanto na interpretação ensaística histórica, sociológica, econômica e antropológica quanto, e sobretudo nas criações literárias: “elas nos dão, na forma de romances, amplos painéis das condições de existência do povo e profundas percepções do espírito brasileiro, incomparavelmente melhores e mais agudas que toda produção científica e ensaística” (*Os Brasileiros. I Teoria do Brasil*, 1972).

Diga-se, em abono dessa posição, que em *Ordem e Progresso*, sublinhando por sinal o papel do positivismo em antes ordenar e confirmar o sentido de ordem constante nos brasileiros do que em inovar quanto a esse cimento moral e psicológico da cultura brasileira, Gilberto Freyre elevou a método tanto sociológico quanto antropológico e psicológico de indagação sobre a mentalidade dos brasileiros a combinação de depoimentos, entrevistas, avaliações de cientistas com as impressões, os sentimentos, as intuições e percepções de perto de 300 políticos, eclesiásticos, militares, jornalistas, lavradores, professores, mães de família. Essa combinação de empiricismo com uma sociologia empática e proustiana, que lhe é própria e inédita, permitiu-lhe as análises de formas e processos que marcaram as mentalidades dos brasileiros nascidos entre 1850 e 1900 e as instituições, a legislação, as ideologias da fase de transição da propaganda à instauração da nossa república.

Djacir Menezes também, não querendo fixar um simples retrato, uma imagem momentânea e estática do Brasil, isto é, do seu ser e do seu modo de ser, convida os leitores, ao contrário, a pensar e discutir os pontos de vista esposado por uma gama variada de autores cujo pensamento apresenta em forma de resenha. Mas para que se estime a dificuldade da tarefa, veja-se que o autorizado ordenador desse material não encontra outro meio de projetar aquelas visões do país e de sua cultura senão dispondo a matéria em seis categorias: 1. As instituições e o meio social; 2. Eleições, rebelião e partidos; 3. Retratos do Brasil; 4. O ensino e as elites; 5. A tese republicana; 6. A crítica inconformista. Essa disposição ou arranjo dos textos, aliás breves, de nunca mais de uma dezena de páginas de ensaios e estudos de variada natureza, evidencia a dificuldade de elaborar sínteses e de alcançar conclusões que valham como compêndios da totalidade. Esta é, em essência, realmente fugida, arbitrária, cambiante

ainda quando dela se possam discernir algumas linhas dominantes e permanentes de sentidos e sentimentos, de tendências e dinâmicas, de valores e normas éticas que em linguagem antropológica se poderiam reduzir ao caráter nacional.

Mesmo esse apanhado torna-se problemático quando tentado a partir da perspectiva da psicologia social por outro acreditado cientista. Quem o procurou fazer de forma sistemática, analítica e crítica, foi Dante Moreira Leite, em *O Caráter Nacional Brasileiro* (em tese de doutoramento de 1954, reeditada em 68 e 76) que teve de se valer dos mesmos materiais, isto é, de “retratos do Brasil”, “interpretações”, impressões e opiniões de escritores, de viajantes, de cientistas sociais. E conclui que, ao sabor das correntes filosóficas e ideológicas que atuaram sobre a nossa intelectualidade desde a colônia, os brasileiros — não somente essas intérpretes, mas o povo, sem o qual não se forma uma consciência nacional — oscilaram entre visões pessimistas e realistas e concepções idealistas, ingênuas e otimistas, assim como entre sentimentos e percepções que variam de região para região. Essas diversas visões são verificadas por todos os que se têm aproximado do tema.

O sócio-psicólogo Moreira Leite, postando-se do ponto de vista de que a noção de caráter nacional é uma super-estrutura de momentos e movimentos histórico-econômicos, faz um apanhado de fases que teriam marcado aquela consciência de maneira mais ou menos explícita:

- I — A fase colonial de descoberta da terra e movimento nativista, estendendo-se de 1500 a 1822;
- II — O Romantismo, com a independência política e a formação de uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros, de 1822 a 1880;
- III — As ciências sociais e a imagem pessimista do brasileiro, de 1880 a 1950;
- IV — O desenvolvimento econômico e a superação do que se considera a ideologia do caráter nacional, de 1950 a 1960.

Na primeira fase, o mais notório é expresso particularmente por poetas — uns críticos como Gregório de Matos, outros exaltados de admiração — que falam das belezas e da opulência do meio tropical, do interesse pela vida do indígena, do desejo de ver o progresso ao país, da crítica aos governos da metrópole e de alguns comportamentos considerados característicos dos colonos, como Caldas Barbosa que sublinhou a meiguice brasileira. O amor à liberdade, o apego à terra e a valores individuais próprios do índio, tomado como símbolo da independência e da altivez dos

nativos, o emprego de brasileirismos na linguagem assinalam a influência do romantismo na formação da alma nacional como resultado da independência política, da luta contra a escravidão e de um nacionalismo voltado para uma visão realista do país. José de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves traduzem esses sentimentos. A estes sucede o pensamento mais sistemático e científico dos que examinam objetivamente como se caracteriza o brasileiro: Silvio Romero polariza essa indagação, ao apreciar o papel do meio, do clima da raça ou das raças que concorrem no caldeamento do povo; dedica, na *História da Literatura* (1888), um capítulo à psicologia social do brasileiro, em que examina os fatores mesológicos, evolutivos, étnicos que determinam a personalidade do nacional em suas múltiplas expressões regionais: “um certo abatimento intelectual, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras — o que tudo não degenera em delírio, porque o exterior do país é risonho, as montanhas reduzidas e poéticas e não colossais e fantásticas como as da Índia, por exemplo”. Acredita, com a ciência do seu tempo, entretanto, que o clima é responsável pela vida curta e pela morbidez do povo, pela precocidade dos talentos e sua extenuação pronta, a facilidade de aprender e a superficialidade das faculdades inventivas. Silvio Romero pensa assim opor um nacionalismo realista a um nacionalismo ingenuamente otimista. O período do nacionalismo ufanista, de que Afonso Celso é o epígono com o livro *Porque me ufano de meu país* (1900), é logo seguido em Euclides da Cunha, com *Os Sertões* (1902), obra em que opõe a debilidade física e psicológica do mestiço à fortaleza do sertanejo, do paulista, do homem do campo, em que a luta contra o meio caldeia a alma e a fortaleza como a matriz de uma possível futura raça brasileira, forte e estoica. Esses e outros autores distinguem as qualidades de cada raça que se mistura no Brasil, registrando uma combinação de virtudes e franquezas como a coragem, a hospitalidade, o amor da ordem, a paciência e resignação junto com a falta de iniciativa, de firmeza, de decisão. A tal imagem de qualquer forma de certo vigor, Monteiro Lobato e Menotti del Picchia opoem o Jeca Tatu e o Juca Mulato debeis, indiferentes ao meio, sentimentais, delicados, porém doentios e apáticos devido à sua pobreza e abandono. E Mario de Andrade antepõe à figura de Macunaima, o contraditório “herói sem nenhum caráter”. E dedica esse inquieto e irreverente arquétipo justamente a Paulo Prado, que pintara um brasileiro vencido pela tristeza e pelo desânimo. O evolucionismo biológico de Nina Rodrigues e de seus seguidores os faz ver na mestiçagem o fator da degenerescência psíquica e da inclinação para a doença e os vícios, imaginando — com Oliveira Viana, por exemplo — que no branqueamento pela arianização encontrará o Brasil a sua força e o seu futuro. Nos anos 30 e 40, Arthur Ramos, liberto dos preconceitos evolucionistas, vê ainda em elementos primitivos do inconsciente coletivo de negros e índios um fator de debilidade do brasileiro, que lhe parece superficial, instável, primá-

rio, narcísico, voltado antes para as coisas concretas — possível herança do suposto espírito prático do português, que outros investigadores já haviam notado — do que para a indagação profunda e científica. Em *Conceito de Civilização Brasileira* (1936) e noutras obras traça mesmo “um retrato psicológico do brasileiro” com “os contornos de sua alma, que, em consequência do choque das *culturas* negra e índia com a *civilização* européia dos lusitanos, se mostra imprevidente e dissipado, fatalista, ostentatório e com o gosto das exterioridades e do sexo, além de inobservante da lei.

Numa derradeira fase, já sob o influxo de buscas científicas, objetivas, metódicas — que não deixam de levar em conta, apesar de tudo, as impressões e intuições de anteriores observadores nacionais e estrangeiros — a idéia de caráter nacional é submetida às análises que afetam antigos estereótipos e levam à verificação de duas ordens de fatos: a pluralidade cultural inevitavelmente produzida pela diversa origem das populações e pelo isolamento de várias áreas, e pela preponderância destas no conjunto da vida do país e um substrato comum, unificante que faz com que a variedade mesma seja um dos cimentos da globalidade. Essa diversidade na unidade havia já sido percebida e posta em relevo por Charles Wagley (*Regionalism and Cultural Unity in Brazil*, 1948), vindo a ser detalhada por M. Diégues Junior (*Regiões Culturais do Brasil*, 1960), donde resultar que grandes padrões nacionais são diferentemente percebidos e aceites em cada região, como insistentemente tem afirmado Gilberto Freyre. Esses contrastes e esses vários Brasís são parte relevante, igualmente, das interpretações feitas por observadores vindos do exterior como Roger Bastide, Claude Levy-Strauss, Stefan Zweig, Jacques Lambert.

É neste quadro compósito que se reconhecem elementos unificadores, não uniformizadores, em que os brasileiros de díspares origens e heranças culturais se encontram. Para a caracterização de tais elementos têm contribuído, na fase de que nos ocupamos, muitos cientistas, de entre os quais se salientam, pelo impacto de suas propostas, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Viana Moog. As tentativas de sínteses de Dante Moreira Leite e de Darcy Ribeiro conduzem ao estabelecimento de que o caráter nacional é uma ideologia que serve a interesses e aspirações de diversos momentos históricos. Mesmo admitindo, com esses autores, certo sentido alienante ao que se convencionou chamar de “cultura brasileira”, é fato empírico, que as múltiplas forças diversificadoras produziram no país um arquipélago cultural, que a sociedade e a cultura brasileira nascem como fruto ultramarino de uma tradição européia em que domina a herança lusitana; esses fatores de diferenciação emprestam coloridos variados ao painel cultural brasileiro, gerando ao mesmo passo assincronias e situações de marginalidade e de dependência sócio-cultural. “Ao longo de seus quase cinco

séculos de história, a cultura brasileira” — estabelece Darcy — “apresenta as maiores variações” sem se descaracterizar de todo nem se deixar transformar por aportes novos ou por tradições que as circunstâncias e as conjunturas reavivam. Verifica o mesmo autor que é principalmente nas camadas subalternas e como cultura vulgar que parece exercer-se a criatividade mais intensa e marcante, como agora se verifica na música, no esporte, na religião, em estilos de convívio e de solidariedade, na linguagem, como em recursos para a sobrevivência.

Em trabalhos dos últimos anos, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Roberto da Matta, procurando interpretar e situar funcionalmente o mandonismo na vida política e no convívio cotidiano, expresso muitas vezes na conhecida locução do “você sabe com quem está falando?”, contribuem com elementos indispensáveis à fixação científica, sociológica e política, do caráter nacional. Mas estas, como todas aquelas outras imagens, têm sido postas em dúvida por vários autores. Limeira Teio, em um *Retrato Sincero do Brasil* (1949), por exemplo, contesta como ingênua e romântica a caracterização da tristeza brasileira traçada por Eduardo Prado, acusando o autor de subjetivo e sentimental em seu método de indagação. Posições idênticas, mais veementes, são as de Nelson Werneck Sodré em *A Ideologia do Colonialismo* (1961) e Alvaro Vieira Pinto em *Consciência e Realidade Nacional* (1960) que sublinham, do ponto de mirada marxista, o que consideram a “consciência ingênua” e acrítica que tem elaborado e esposado as identificações do caráter nacional convencionais (ver M. I. P. Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira*, 1976, e R. da Matta, *Carnavais, malandros e heróis*, 1979).

O que destas divagações queremos concluir ou propor é que estamos agora imersos, ao que parece, numa realidade que destoa em muito do que se tem como característico da alma nacional. As pesquisas históricas e sociológicas, as indagações psicológicas, a experiência política, os eventos cotidianos por todo o país põem em séria dúvida a tristeza, a cordialidade, o espírito de conciliação que alguns analistas e intérpretes da história e da sociedade brasileira têm como específicos e diagnósticos do nosso *ethos*. Data de muitos anos toda a literatura voltada expressamente para o tema. Já não é possível desenhar um perfil do brasileiro que não leve em conta traços de intolerância, de frieza e dureza, de cobiça e egoísmo, de desdém pelos costumes e pela lei, ao lado do conformismo, da ingenuidade e do fatalismo, da emotividade facilmente excitável e explorável: atente-se para o que hoje sabemos do regime da escravidão, da repressão política desde a colônia, da discriminação de várias naturezas, da corrupção, dos linchamentos, da violência que se compensam e transfiguram nas expressões do carnaval, na torcida do futebol, nos surtos místicos, na entrega à fatalidade das loterias, na alienação da vida política, fenômenos muitos dos quais inexistentes ou apenas incipientes a quando da elaboração dos referidos “retratos”.

Uma eventual retomada do tema pela antropologia social não pode isentar-se de levar em conta alguns problemas teóricos. Um desse refere-se à delimitação da unidade cultural que vai examinar, questão para a qual se voltou Raoul Naroll ao propor, em 1964, uma série de critérios para a classificação das unidades culturais ("On Ethnic Unit Classification", *Current Anthropology*, Vol. 5, nº 4), matéria para a qual chamaram atenção Fredrik Barth e outros em 1969 ao procurarem fixar as fronteiras dos grupos étnicos (*Los Grupos Étnicos y sus Fronteras*, compilador Fredrik Barth, Fondo de Cultura Económica, México 1976). Tanto Naroll quanto Barth e os demais autores preocupam-se em estabelecer quais dados culturais devem ser tomados em consideração na identificação daquelas unidades em sociedades tribais ou em nações e estados modernos. Outro problema a resolver é o da escolha dos índices de que se valem os indivíduos e as coletividades para sua própria identidade como culturas autônomas e distintas de outras. Harold R. Isaacs dedica, em 1975, um estudo ao que chama de ídolos da tribo, tais como as características corpóreas, o lugar de nascimento, o idioma, a religião, a nacionalidade e outros atributos que vêm a compor, com a história e os mitos de origem, o complexo cultural que dá a cada etnia uma consciência própria (*Idols of the Tribe. Group Identity and Political Change*, Harper Colophon Books. Harper and Row, Publishers. New York, Hagerstown, San Francisco, London 1977). Tão necessário quanto isto, para a construção de um modelo de análise desse objeto, é rever com Moreira Leite a história do conceito de "caráter nacional" afim de selecionar o método de abordagem que ao pesquisador pareça mais adequado. E, finalmente, decidir-se da conveniência e oportunidade de voltar a essa temática como uma contribuição à problemática que hoje nos chama à ação.